DocuSign Envelope ID: 7516146E-5E72-4D90-9614-23493F57692D

Sanel - Saneamento de Luiz Antonio S.A.

CNPJ nº 39.376.964/0001-74

Demonstrações Contábeis para os Exercícios Findos em 31/12/2021 e de 2020 (Em milhares de reais - R$)

Balanços patrimoniais	Nota	2021	2020
			(não auditado)
Ativo/Circulante		**1.124**	**592**
Caixa e equivalentes de caixa	4	738	588
Contas a receber	5	348	–
Impostos a recuperar		5	–
Outros créditos		31	4
Estoques		2	–
Não circulante		**4.778**	**1.155**
Realizável a longo prazo			
IR e CS diferidos	14	574	155
		574	155
Intangível	7	4.176	1.000
Ativo de contrato	6	28	–
		4.204	1.000
Total do ativo		**5.902**	**1.747**

Balanço patrimonial	Nota	2021	2020
			(não auditado)
Passivo e patrimônio líquido/Circulante		**831**	**–**
Empréstimos e financiamentos	8	591	–
Fornecedores		74	–
Obrigações sociais		75	–
Obrigações fiscais		29	–
Partes relacionadas	9	58	–
Outras obrigações		4	–
Não circulante		**3.402**	**–**
Empréstimos e financiamentos	8	2.571	–
Total do passivo não circulante		2.571	–
Patrimônio líquido	**10**	**2.500**	**1.747**
Capital social		3.618	2.048
Prejuízos acumulados		(1.118)	(301)
Total do passivo e patrimônio líquido		**5.902**	**1.747**

Demonstrações do resultado	Nota	2021	2020
			(não auditado)
Receita líquida	**11**	**4.285**	**–**
Custo dos serviços prestados	**12**	**(4.491)**	**–**
Prejuízo bruto		**(206)**	**–**
Receitas (despesas) operacionais:			
Gerais e administrativas	12	(691)	(456)
Outras despesas operacionais, líquidas		13	–
		(678)	(456)
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		**(884)**	**(456)**
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	13	88	–
Despesas financeiras	13	(440)	–
		(352)	–
Prejuízo antes dos impostos		**(1.236)**	**(456)**
IR e CS			
Correntes	14	–	–
Diferidos	14	419	155
		419	155
Prejuízo do exercício		**(817)**	**(301)**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	Capital social	Capital a Integralizar	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 9/10/2020				
- Data de sua constituição	1.678	(1.668)	–	10
Prejuízo do exercício	–	–	(301)	(301)
Integralização de capital	–	2.038	–	2.038
Aumento de capital	5.322	(5.322)	–	–
Saldos em 31/12/2020				
(não auditado)	**7.000**	**(4.952)**	**(301)**	**1.747**
Prejuízo do exercício	–	–	(817)	(817)
Integralização de capital	–	1.570	–	1.570
Saldos em 31/12/2021	**7.000**	**(3.382)**	**(1.118)**	**2.500**

Demonstrações do resultado abrangente	2021	2020
		(não auditado)
Prejuízo do exercício	**(817)**	**(301)**
Total do resultado abrangente do exercício	**(817)**	**(301)**

Demonstrações dos fluxos de caixa	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		**(não auditado)**
Prejuízo do exercício	(817)	(301)
Ajustes para conciliar o prejuízo do exercício ao caixa oriundo das atividades operacionais		
IR e CS - diferidos	(419)	(155)
Depreciação e amortização	107	–
Juros sobre empréstimos	162	–
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	224	–
Redução (aumento) nos ativos operacionais:		
Contas a receber	(571)	–
Estoques	(2)	–
Impostos a recuperar	(5)	–
Outros créditos	(27)	(4)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	74	–
Partes relacionadas	58	–
Obrigações sociais	75	–
Obrigações fiscais	29	–
Outras obrigações	3	–
Caixa oriundo das atividades operacionais	(1.109)	(460)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativo de contrato	(162)	–
Aquisição de ativo intangível	(3.158)	(1.000)
Baixa de ativo intangível	9	–
Caixa oriundo das atividades de investimento	(3.311)	(1.000)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Empréstimos:		
Captações	3.000	–
Integralização de capital social	1.570	2.048
Caixa ouriundo das atividades de financiamento	4.570	2.048
Redução de caixa e equivalentes de caixa	**150**	**588**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	588	–
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	738	588
Redução de caixa e equivalentes de caixa	**150**	**588**

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

1. Contexto operacional: A SANEL - Saneamento de Luiz Antonio S.A. ("Sociedade"), foi constituída em 30 de setembro de 2020, tendo por objeto social específico e exclusivo cumprir o Contrato de Concessão celebrado com a Prefeitura Municipal de Luiz Antônio, decorrente do Edital de Concorrência Pública nº 001/2018 - Processo n° 1663/2018, cujo objeto consiste na exploração do serviço público municipal de abastecimento de água e esgotamento sanitário, que compreendem a construção, a operação e a manutenção das unidades integrantes dos sistemas físicos, operacionais e gerenciais de produção e distribuição de água potável, coleta, afastamento, tratamento e disposição de esgotos sanitários, incluindo a gestão dos sistemas organizacionais, a comercialização dos produtos e serviços envolvidos e o atendimento aos usuários. A concessão iniciou-se em 01 de fevereiro de 2021 e o prazo do contrato é de 35 (trinta e cinco) anos contados da data de vigência da Ordem de Serviço e se encerrará com a formalização do respectivo Termo de Devolução do Sistema, podendo ser prorrogado até o limite de 35 (trinta e cinco) anos. A Concessão será integrada pelos bens que lhe estão afetos, considerado como todas as instalações, equipamentos, máquinas, aparelhos, edificações, acessórios, enfim todos os bens necessários e vinculados à adequada execução do Serviço Público de Água e Esgoto. Em 31/12/2021, a Sociedade encontrava-se em operação dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e serviços da gestão comercial. **1.1 Impactos da Covid-19:** A Companhia, visando a saúde e segurança de todos os colaboradores bem como de seus familiares, parceiros e clientes e considerando a necessidade da continuidade da prestação dos serviços, atua fortemente na prevenção ao contágio da Covid-19. Em março de 2020 a diretoria aprovou um plano de contingência com medidas protetivas para evitar o contágio e disseminação da COVID-19. Este plano foi elaborado com a colaboração de um infectologista e foram respeitados todos os protocolos estabelecidos por lei e recomendados por entidades da área da saúde. Entre as medidas prioritárias estabelecemos políticas e práticas de flexibilização do local de trabalho para reduzir contato social na empresa. Além disso, disponibilizamos materiais de higiene pessoal como álcool em gel, e elaboramos comunicados sobre as medidas protetivas contra a Covid-19. É obrigatória a utilização de máscaras. Além disso intensificamos a limpeza dos locais de trabalho, com desinfecção das superfícies. É vedado o compartilhamento de objetos que são tocados por mão e boca. Os equipamentos de proteção individual também são constantemente higienizados. Considerando as análises realizadas sobre os aspectos relacionados aos possíveis impactos da Covid-19 em seus negócios, para o exercício findo em 31/12/2021, a Companhia concluiu que não há efeitos materiais em suas informações contábeis. O efeito financeiro e econômico para Companhia ao longo do exercício de 2022 dependerá do desfecho da crise de saúde mundial e seus impactos macroeconômicos, especialmente no que tange à retração na atividade econômica, bem como da extensão do isolamento social. A Companhia continuará monitorando constantemente os efeitos da crise e os impactos nas suas operações e nas demonstrações financeiras. **2. Base para preparação das demonstrações contábeis: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e incorporam as alterações trazidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 e os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Afirmamos que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas pela Administração da Sociedade na sua gestão. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações contábeis estão apresentadas em real (R$), que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. **2.4. Uso de estimativa e julgamento:** A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: elaboração de projeções para realização dos ativos, determinação de taxa de desconto a valor presente utilizada na mensuração de certos ativos e passivos circulantes e não circulantes e determinação das receitas e custos de construção. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua pela Sociedade. Revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no período de sua revisão e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos e estimativas críticos referentes às práticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão descritas a seguir: **Contabilização de contratos de concessão:** Na contabilização dos contratos de concessão conforme determinado pela interpretação técnica ICPC-01 - Contratos de Concessão, a Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito a: aplicação da interpretação de contratos de concessão e determinação e classificação da remuneração da prestação de serviços de melhoria ou construção como ativo intangível ou ativo financeiro. **3. Principais práticas contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis. As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações contábeis são as seguintes: **3.1. Instrumentos financeiros:** Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Sociedade é parte das disposições contratuais do instrumento. Avaliação dos instrumentos financeiros, incluindo derivativos é registrada: (a) pelo seu valor justo por meio de resultado (VJR); e (b) pelo custo amortizado, atualizado conforme disposições legais ou contratuais, ajustado ao valor provável de realização, quando este for inferior. **i. Ativos financeiros:** Os ativos financeiros da Sociedade estão classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado ou custo amortizado. Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de ativos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os principais ativos financeiros da Sociedade incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros créditos. **a. Caixa e equivalentes de caixa:** O caixa e equivalentes de caixa estão a valor justo por meio do resultado. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Consistem basicamente em valores mantidos em caixa e bancos e outros investimentos de curto prazo, com liquidez imediata, em montante conhecido de caixa, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor, e vencimento e expectativa de utilização em período inferior a 90 dias. **b. Contas a receber:** As contas a receber de clientes estão classificadas como custo amortizado. As contas a receber de clientes estão apresentadas a valores de realização e referem-se substancialmente aos serviços de abastecimento de água, tratamento de esgoto e outros serviços complementares. São registradas com base nos valores nominais e não ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não resultarem em efeito relevante nas demonstrações contábeis. A Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa é constituída, se necessário, com base em estimativas de perda. **c. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** Os ativos financeiros da concessão (representados pelas contas a receber do Poder Concedente) são avaliados por indicadores de sua redução ao valor recuperável no final de cada exercício. As perdas por redução dos ativos financeiros da concessão ao seu valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva de sua redução, como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido, após o reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo. Um ativo financeiro é baixado quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiram; A Sociedade transfere os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a empresa transfere substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a empresa não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transfere o controle sobre o ativo. **ii. Passivos financeiros:** A Sociedade determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo. Após reconhecimento inicial, os passivos financeiros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa efetiva de juros. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado. Os passivos financeiros da Sociedade incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos, partes relacionadas e outros passivos. Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos e financiamentos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (pro rata temporis). Os custos dos empréstimos são reconhecidos como despesas, de acordo com o regime contábil de competência, exceto quando atribuíveis a um ativo qualificável. As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor nominal e que equivale ao valor justo e, subsequentemente, quando aplicável, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. **iii. Instrumentos financeiros - apresentação líquida:** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **iv. Valor justo de instrumentos financeiros:** O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação. O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação. Vide análise do valor justo de instrumentos financeiros na Nota Explicativa n° 16. **3.2. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis (passivos), acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias. **3.3. Intangível:** A Sociedade reconhece um ativo intangível decorrente de um Contrato de Concessão à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, o qual inclui custo de empréstimos capitalizados, menos amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável. A estimativa de vida útil de um ativo intangível em um contrato de concessão é o período contado a partir de quando a Sociedade se torna apta a cobrar os usuários pelo uso da infraestrutura até o final do período de concessão. **3.4. IR e CS:** Apurados dentro dos critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente. **i. Impostos correntes:** As provisões para IR e CS estão baseadas na respectiva base tributável do exercício. A base tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas e despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. **Impostos diferidos:** O IR e a CS diferidos, ativos e passivos, são registrados com base em saldo de base tributável negativa (ativo) e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis, quando aplicável, considerando as alíquotas de 25% para IR e de 9% para CS. **3.5. Reconhecimento das receitas e despesas:** As receitas e despesas de operação são apropriadas de acordo com o período de competência. A receita de operação ou serviço é reconhecida no período em que os serviços são prestados pela Sociedade. Quando a Sociedade presta mais do que um serviço no contrato de concessão, a contraprestação recebida é alocada por referência ao valor justo dos serviços entregues quando os valores são identificáveis separadamente. O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se: **• As receitas de serviço de abastecimento de água:** são reconhecidas quando do fornecimento de águas tratada aos usuários; **• As receitas de serviços de esgoto:** são calculadas sobre percentuais de faturamento da receita com o abastecimento de água conforme determinado pelo Contrato de Concessão; **• As receitas acessórias:** são reconhecidas quando da prestação dos serviços. **3.6. Receitas e despesas financeiras:** Representadas, substancialmente, por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos. **3.7. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estavam em vigor em 31/12/2021: a) Contratos onerosos - Custo de cumprimento de contrato (Alterações à IAS 37);** Aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. A alteração determina de forma específica quais custos devem ser considerados ao calcular o custo de cumprimento de um contrato. **b) Outras normas:** Para seguintes normas ou alterações não são esperados impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber: • Contratos de seguros (IFRS 17); • Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante; • Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis; • Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis.

4. Caixa e equivalentes de caixa: Representados por:

	2021	2020
Caixa	2	–
Bancos	363	288
Aplicações financeiras	373	300
Total	**738**	**588**

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e são remuneradas a 98% variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31/12/2021.

5. Contas a receber: Representado por:

	2021	2020
Contas a receber de clientes	572	–
Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa	(224)	–
	348	**–**
Ativo circulante	348	–

O saldo de contas a receber de clientes em 31 de dezembro está distribuído conforme a seguir:

	2021
Vencidas:	
Até 30 dias	186
De 31 a 60 dias	147
De 61 a 90 dias	29
De 91 a 180 dias	69
Acima de 181 dias	40
Total vencidas	**471**
A vencer:	
Até 30 dias	101
Total a vencer	**101**
Total contas a receber de clientes	572
Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa	(224)
Total contas a receber de clientes	**348**

O critério para constituição da perda estimada em créditos de liquidação duvidosa são os títulos a receber de usuários que possuem títulos vencidos há mais de 180 dias, além da análise da situação financeira de cada cliente e, em caso de processos judiciais de cobrança, em pareceres da respectiva assessoria jurídica. A provisão é considerada suficiente pela Administração para a cobertura de eventuais riscos de crédito.

6. Ativo de contrato:

	2021	2020
Ativo de contrato	28	–
Total	**28**	**–**

O ativo de contrato refere-se ao direito contratual da Companhia de receber caixa do poder concedente pelos serviços de construção do sistema de tratamento de esgoto, quando da entrada em operação dos respectivos ativos, e estão mensurados ao seu valor de custo acrescido de encargos financeiros, quando aplicável. Quando da conclusão da construção o mesmo é classificado como intangível, a movimentação do ativo no período é o seguinte:

	2021	2020
Saldo no início do exercício	–	–
Adições (i)	162	–
Transferências (ii)	(134)	–
Saldo no final do exercício	**28**	**–**

(i) O saldo refere-se às adições efetuadas no exercício de ativo em construção. **(ii)** O saldo refere-se às transferências efetuadas no período para Ativo Intangível devido à conclusão das obras.

7. Intangível:

Custo do intangível bruto	Sistema abastecimento água	Sistema esgotamento sanitário	Software	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Computadores e periféricos	Instalações	Veículos	Outorga	Total
Saldo final em 31/12/2020	–	–	–	–	–	–	–	–	1.000	1.000
Adições	2.187	10	55	20	172	62	586	66	–	3.158
Alienações/baixas	–	–	–	–	(9)	–	–	–	–	(9)
Transferências	134	–	–	–	–	–	–	–	–	134
Saldo final em 31/12/2021	**2.321**	**10**	**55**	**20**	**163**	**62**	**586**	**66**	**1.000**	**4.283**
Amortização acumulada										
Saldo final em 31/12/2020	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Amortização	(32)	(2)	–	(3)	(10)	(10)	(18)	(7)	(26)	(108)
Alienações/baixas	–	–	–	–	1	–	–	–	–	1
Saldo final em 31/12/2021	**(32)**	**(2)**	**–**	**(3)**	**(9)**	**(10)**	**(18)**	**(7)**	**(26)**	**(107)**
Valor contábil líquido em 31/12/2020	–	–	–	–	–	–	–	–	1.000	1.000
Valor contábil líquido em 31/12/2021	2.289	8	55	17	154	52	568	59	974	4.176

A Sociedade aplicou a Interpretação Técnica ICPC 01 para os ativos diretamente relacionados a operação da concessão, ou seja, todos os ativos de infraestrutura que foram construídos ou melhorados, de modo que fosse possível para Sociedade obter receitas adicionais ao usufruir da operacionalização destes ativos.

8. Empréstimos e financiamentos: Representados por:

Modalidade e encargos financeiros anuais	Taxa efetiva de juros anual	Vencimentos	2021	2020
Estruturado				
Banco Itáu	(*) CDI + 2,55% a.a.	05/05/2027	3.162	–
Total			3.162	–
Passivo circulante			591	
Passivo não circulante			2.571	

(*) CDI - Certificado de Depósito Interbancário. O financiamento contratado com o Banco Itáu Unibanco S.A., em 04 de maio de 2021, no montante de R$ 3.000, tem como objetivo permitir à Sociedade a realização dos investimentos compromissados quando da obtenção da concessão. A liberação do recurso ocorreu em 09 de agosto de 2021. O prazo total do contrato é de 5 anos com 12 meses de carência. Após esse período, os encargos e principal serão pagos mensalmente. O vencimento final do contrato será em 05 de maio de 2027.

A movimentação dos empréstimos aconteceu conforme abaixo:	2021	2020
Saldo no início do exercício	–	–
(+) Adição de juros	162	–
(+) Captação novos financiamentos	3.000	–
Saldo no final do exercício	**3.162**	**–**

As parcelas de longo prazo apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

	2021
2023	571
2024	571
2025	571
Após 2025	858
Total	**2.571**

Em 31/12/2021 a Sociedade cumpriu todas as cláusulas restritivas (*covenants*), quando exigidas, vigentes relativas ao contrato de financiamento.

9. Contas a pagar - partes relacionadas:

	2021		2020	
	Contas a pagar	Custos/ despesas operacionais	Contas a pagar	Custos/ despesas operacionais
GS Inima Brasil Ltda.	8	(82)	–	–
Samar - Sol Amb. de Araçatuba S.A.	50	–	–	–
Total	**58**	**(82)**	**–**	**–**

10. Patrimônio líquido: Em 31/12/2021 o valor do capital social é de R$ 7.000 e está representado por 7.000.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal e estão assim distribuídas:

	Quantidade de ações	Participação direta no capital social (%)
GS Inima Brasil Ltda.	4.900.000	70
Construtora SAID	2.100.000	30
	7.000.000	**100**

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. **Reservas de lucros e distribuição de dividendos:** A reserva legal é constituída em conformidade com a legislação societária na base de 5% do lucro líquido do exercício, quando existir, até atingir 20% do capital social ou 30% do saldo do capital mais as reservas. O estatuto da Sociedade prevê a distribuição de dividendos mínimos anuais obrigatórios de 25% sobre o lucro líquido, quando existir, conforme definido pela Lei das Sociedades por Ações.

11. Receita líquida: São representadas por:

	2021	2020
Receita líquida	4.285	–
	4.285	**–**

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado é como segue:

	2021	2020
Serviços de construção (i)	1.617	–
Tratamento de esgoto	1.512	–
Gestão comercial	27	–
Prestação de serviço	1.521	–
PIS	(49)	–
COFINS	(223)	–
Vendas canceladas e descontos concedidos	(120)	–
Receita líquida	**4.285**	**–**

(i) Refere-se às obras para implantação do sistema de esgotamento sanitário e melhorias no sistema de captação e distribuição de água na cidade de Paraibuna. **12. Custos e despesas por natureza:** Estão representados por:

Custo	2021	2020
Custos de pessoal	653	–
Materiais	636	–
Serviços	436	–
Energia elétrica	629	–
Depreciação/amortização	96	–
Obras civis (i)	1.617	–
Outros custos com operação e (recuperação)	424	–
Total	**4.491**	**–**

(i) Refere-se às obras para implantação do sistema de esgotamento sanitário e melhorias no sistema de captação e distribuição de água como mão de obra, materiais, serviços, etc.

Despesas	2021	2020
Com pessoal	140	–
Materiais Adm.	8	–
Serviços de terceiros	115	455
Depreciação/amortização	11	–
Publicidade e propaganda	86	–
Perdas estimadas em crédito de liquidação Duvidosa	224	–
Outras Despesas	107	1
Total	**691**	**456**

13. Resultado financeiro:

	2021	2020
Receitas financeiras		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	35	–
Juros sobre títulos recebidos	51	–
Variação monetária e cambial ativa	1	–
Outros	1	–
Total	**88**	**–**
Despesa financeira		
Juros sobre financiamentos e debêntures	(162)	–
Despesas Bancárias	(140)	–
Juros sobre títulos pagos	(7)	–
Outras	(131)	–
Total	**(440)**	**–**
Resultado financeiro líquido	**(352)**	**–**

14. IR e CS: I. IR e CS diferidos:

Composição no balanço patrimonial (não circulante)	2021	2020
Ativo diferido	574	155
	574	**155**
	2021	**2020**
Ativo de imposto diferido		
Ativo de imposto diferido a ser recuperado em até 12 meses	574	155
	574	**155**

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade e suas projeções de resultados constituem-se em previsões suportadas pelas expectativas da Administração. **II. Reconciliação do IR e CS:** A reconciliação entre as alíquotas efetivas e a taxa nominal do IR e da CS nas demonstrações do resultado referente ao exercício findo em 31/12/2021 é como segue:

	2021	2020
Prejuízo antes do IR e da CS	(1.236)	(456)
Alíquota vigente	34%	34%
Despesa com IR e CS calculada à alíquota vigente	**(420)**	**(155)**
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Diferenças Permanentes	1	–
Despesa com IR e CS correntes	**(419)**	**(155)**
Correntes	–	–
Diferidos	419	155
Total	419	**155**

15. Demonstrações dos fluxos de caixa: A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na Nota Explicativa nº 4. **16. Instrumentos financeiros: 16.1. Exposição a riscos cambiais:** Em 31/12/2021, a Sociedade não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira. **16.2. Exposição a riscos de taxas de juros:** Em 31/12/2021, a Sociedade não apresentava saldo de passivo exposto a riscos de taxas de juros relevantes. **16.3. Concentração de risco de crédito:** Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Sociedade a concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, em caixa e bancos e aplicações financeiras. A Sociedade mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito. **16.4. Valor contábil e valor justo dos instrumentos financeiros:** Os valores contábeis dos instrumentos financeiros da Sociedade em 31/12/2021 representam o valor justo em função da natureza e característica dos saldos registrados em balanço. A Sociedade não deteve instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes. **17. Cobertura de seguros:** A Sociedade adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e relevância, levando em conta a natureza de sua atividade e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31/12/2021, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Tipo de cobertura	Importâncias seguradas
Garantia de contrato	1.599
Responsabilidade civil	1.000
Responsabilidade civil - Obras	3.000
Riscos operacionais	7.903
Riscos de engenharia	6.945
Equipamentos	130

18. Eventos subsequentes: A Sociedade não identificou eventos subsequentes às demonstrações contábeis que necessitam de divulgações aos usuários dessas demonstrações. **19. Aprovação das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração da Sociedade e autorizadas para emissão em 18 de fevereiro de 2022.

Diretoria

Paulo Roberto de Oliveira - Diretor Presidente

Thiago Tuffy Said - Diretor Administrativo Financeiro

Contador

Rodrigo Basso - CRC 1SP266229/O-8

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e aos Acionistas da **Sanel - Saneamento de Luiz Antonio S.A. -** Luiz Antônio - SP. **Opinião sobre as demonstrações contábeis:** Examinamos as demonstrações contábeis da **Sanel - Saneamento de Luiz Antonio S.A. ("Sociedade")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Sanel - Saneamento de Luiz Antonio S.A.** em 31/12/2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garant